

O MANUAL DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA E SOCIOLOGIA EDUCACIONAL: INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR (1923-1946)

Maria Auxiliadora Cavazotti
NUPEMARX/UFPR
maccavazotti@hotmail.com

RESUMO:

O artigo resulta da pesquisa sobre os manuais didáticos de Sociologia e Sociologia Educacional da “Escola de Professores de Curitiba”, no período de 1923-1946. A formação do magistério para o ensino primário cumpriu itinerário histórico importante no desenvolvimento da escola brasileira. Nessa perspectiva, o trabalho toma como objeto de estudo o manual didático como instrumento privilegiado da formação do professor primário, ministrada na Escola Normal. Fundado no pressuposto de que sua qualificação pode ser compreendida a partir do emprego do manual didático, que direciona a formação do professor nos moldes da objetivação do trabalho peculiar à sociedade capitalista, foram examinados manuais didáticos das disciplinas de Sociologia e Sociologia Educacional, do período em estudo, que fazem parte do acervo da biblioteca do atual Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto. A escolha das disciplinas se justifica em razão de que os estudos e o ensino da Sociologia no Brasil determinaram um currículo científico para o magistério, segundo o evolucionismo social. A eleição da “Escola de Professores de Curitiba” se deve ao fato de que a mesma consolidou o Ensino Normal no Paraná e foi modelo para as demais, no Estado.

Palavras-chave: manual didático, Sociologia e Sociologia da Educação, formação do professor.

THE DIDACTIC MANUAL OF SOCIOLOGY AND SOCIOLOGY OF EDUCATION: INSTRUMENT ON THE FORMATION OF TEACHERS (1923 – 1946)

ABSTRACT:

The article is the result of a research on didactic manuals of **Sociology and Sociology of Education** of “Curitiba’s School of Teachers”, during 1923-1946. The formation of teachers for primary education fulfilled an important historical itinerary in the development of Brazilian school. In this perspective, the work take as object of study the didactic manual as a privileged instrument on the formation of primary teachers, ministered at the Normal School. Based on the assumption that the qualification can be comprehended through the application of the didactic manual, which guides the formation of teachers based on the objectification of labour peculiar to capitalist society, there were examined the didactic manuals on Sociology and Sociology of Education, to period studied, from the library of the actual Education Institute of Parana Erasmo Pilotto. The discipline chosen justifies itself as the studies and the teaching of Sociology in Brazil have determined a scientific curriculum for the formation of teachers, according to social evolutionism. The choice of “Curitiba’s School of Teachers” is due to the fact that it consolidated the Normal School in Parana, and it was the model for others, throughout the state.

Keywords: didactic manual, Sociology and Sociology of education, the formation of teachers.

Introdução

Tomar como objeto de pesquisa o manual didático, enquanto instrumento privilegiado da formação do professor primário, ministrada na Escola Normal brasileira, requer a explicitação dos pressupostos teóricos que norteiam a investigação.

Em primeiro lugar, o caráter da necessidade histórica conferido ao manual de instrução didática. A escola burguesa nasce sob a égide da produção manufatureira que se assenta na divisão e, por decorrência, na simplificação do trabalho, eliminando o complexo e penoso aprendizado artesanal que se desenvolve no interior nas corporações de ofício. Neste sentido, Comenius, no século XVII, estenderá a necessidade de simplificação do trabalho também para o campo didático a tal ponto que, antecipando-se aos alicerces da escola burguesa, formulará o princípio de “ensinar tudo a todos”. Desta forma, o uso do manual didático será o instrumento de generalização e facilitação do ensino/aprendizagem para muitos, em detrimento do conhecimento dantes reservado para poucos, porque assentado na sabedoria do preceptor pelo qual é ministrado. 1

Por outro lado, a universalização da escola pública bem como o caráter de unidade da instrução burguesa exigiu a busca do aprimoramento crescente do professor, voltando-se gradativamente os esforços para o cuidado com sua formação.

Nossa investigação se concentra na formação do professor a partir do emprego do manual didático, desenvolvida nos moldes da objetivação do trabalho peculiar à sociedade capitalista. Assim, tomamos para estudo o exame dos manuais didáticos das disciplinas de Sociologia e Sociologia Educacional, publicados no período de implantação dessas disciplinas no currículo da “Escola de Professores de Curitiba” (1923 a 1946), e fazem parte do acervo da biblioteca do atual “Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto”.

O presente estudo concentra-se no inventário dos manuais didáticos das disciplinas de Sociologia e Sociologia Educacional - cujo rol encontra-se anexo - e no exame da tendência teórica que marca sua produção, qual seja sua vinculação com a filosofia positivista e evolucionista spenceriana, presentes no pensamento social brasileiro, desde o final do século XIX.

Implantação da Sociologia como disciplina científica

É consenso entre nossos historiadores que os primeiros estudos a respeito dos problemas da vida social brasileira, problematizando seu desenvolvimento político, econômico, social e cultural foram produzidos por um conjunto de escritores e pensadores sociais, que viveram o ocaso do Império e a gestação da República. Impregnados pelo espírito da ciência positiva, substituem os estudos empíricos e descritivos dos viajantes, missionários e exploradores do período colonial e, até mesmo, os já de cunho científico sobre os indígenas do século XIX, pela investigação comprometida com a proposição de novos rumos para a sociedade (AZEVEDO, 1962, p. 378). É o caso da chamada “geração de 1870”, composta por intelectuais que “buscam em seus escritos, revelar e divulgar a realidade social do país, com o objetivo explícito de buscar sua transformação” (CAVAZOTTI, 2003, p. 41). Inspirados na contribuição do positivismo e do evolucionismo social, afirmam a “crença absoluta no poder das idéias, na confiança total da ciência e a certeza de que a educação intelectual é o caminho legítimo para melhorar os homens, para dar-lhes inclusive um destino moral” (BARROS, 1986, p. 9).

Em que pese à importância dos precursores do pensamento sociológico do final do século XIX, segundo Fernando de Azevedo (1962, p. 378), foi, somente no 2º quartel do século XX, “que os estudos e as pesquisas no campo da sociologia adquiriram um impulso bastante poderoso para lhes assegurar a organização, a continuidade e o progresso”. Dentre

as causas que o autor aponta para tal progresso científico, destacamos, particularmente, a determinação infraestrutural, ou seja, a explicação de que a atualização científica, caracterizada pela introdução dos estudos da ciência positiva, corresponde ao progresso experimentado pela indústria e pelo comércio nos grandes centros urbanos, que ocorre a partir do final da Primeira Grande Guerra. A esse respeito, esclarece o autor:

O primeiro surto industrial, em 1918, em conseqüência da guerra mundial, as transformações de estrutura econômica e social que daí resultaram, e a revolução de 1930 que, provocada por essas mudanças, contribuiu para intensificá-las, repercutindo nas esferas culturais, devem estar na origem da nova atitude crítica na mentalidade das elites novas, dos movimentos de renovação em diversos setores, como nos das letras e das artes, da educação e da política, e do interesse crescente pelos estudos científicos das realidades sociais. (AZEVEDO, 1962, p. 380).

Explica, ainda, Azevedo (1962, p. 380) que, se por um lado, a implantação do processo de produção fabril provocou mudanças, criando a necessidade de incorporação de novos métodos e estudos sociológicos, elaborados nos países de desenvolvimento econômico mais acelerado², por outro, o vulto que essa ciência ganha no Brasil é ampliado pela penetração dos estudos e do ensino nas nossas instituições escolares. Atestam esse fato, as iniciativas de criação das cadeiras de Sociologia, na Escola Normal do Recife e na do Distrito Federal, em 1928; nas instituições similares em São Paulo e a fundação da Escola de Sociologia e Política em 1933; a criação da Universidade de São Paulo e da primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com os cursos de ciências sociais e políticas, em 1934.

Nesse universo de cursos em que a Sociologia penetra e redimensiona os estudos e publicações, a introdução do ensino dessa ciência nos currículos das Escolas Normais se impôs como um conjunto de princípios teóricos que nortearam a reflexão sobre fundamentos da educação e da estrutura do próprio sistema de escolar. Segundo Fernando de Azevedo (1962, p. 381), a Sociologia “surgiu de educadores e reformadores que viam nos estudos científicos da sociedade o ponto de partida e a base sólida para transformações racionais das instituições e dos sistemas escolares, em sua estrutura e finalidade”.

Assim, podemos concluir que o interesse pelos estudos científicos das realidades sociais, provocadas pelo avanço da produção capitalista foi o campo propício para a difusão, entre nós da Sociologia e Sociologia Educacional. Realizada a República, que inseriu o país na modernidade política, aos intelectuais coube insistir no objetivo da construção social pela via da educação, fonte de renovação cultural capaz de superar a “indigência da mentalidade do povo”, de combater o analfabetismo, de promover a reforma do ensino e o aperfeiçoamento da instrução pública. Trata-se de alçar a posição do Brasil à altura das sociedades modernas, cujo pensamento tem as marcas do progresso científico do século, superando assim o atraso cultural em que o país está imerso. Theodoro Jahn (1907, p. 6), educador campineiro, afirma, à época, de maneira enfática:

Em todos os países cultos aos esforços dos governos ligam-se os de associações e da iniciativa particular para resolver, de maneira completa e em harmonia o magno problema da educação geral: é o signal característico da nossa época e melhor título que recomenda à posteridade. Não há reforma, seja de ordem política, seja de ordem econômica, que não tenha por base os melhoramentos da educação. Compreendeu-se finalmente que o thesouro mais precioso para o Estado e para sociedade é o homem esclarecido e moralizado, e considera-se hoje

a instrução de todas as classes do povo como garantia de paz, de ordem e de liberdade, e como meio seguro para todo progresso.

A afirmação insistente de que a renovação cultural se faz através da educação, e que esta determina avanços políticos e econômicos, inspira-se nos pensadores amplamente divulgados, desde o final do século XIX, como o caso de Comte, Spencer, Stuart Mill, em cujas obras tais pressupostos ocupam lugar de grande relevância.

As idéias desses filósofos sociais – sobretudo dos dois primeiros – tiveram considerável influência no Brasil, cujo pensamento é matriz das ciências sociais, que aqui se desenvolvem. Estudos historiográficos, que apontam Oliveira Viana e Gilberto Freyre como precursores da pesquisas sociais brasileiras, atestam essa origem. Tais autores brasileiros, por sua vez, constituem fonte do desenvolvimento dos estudos sociológicos em vários campos de conhecimento, como o caso dos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, *locus* privilegiado que articula a Sociologia com os estudos da cultura nacional.

Mas é no ensino da Sociologia e da Sociologia Educacional nas Escolas Normais que vamos encontrar a difusão dessa ciência, posto que sua repercussão no campo escolar impõe-se como um dos pilares dos currículos da formação do magistério.

Manuais de Sociologia e Sociologia Educacional

O exame dos manuais didáticos de Sociologia e Sociologia Educacional publicados no período de implantação dessas disciplinas no currículo da “Escola de Professores de Curitiba” (1923 a 1946), e que fazem parte do acervo da biblioteca do atual Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, evidenciou a presença das principais publicações sociológicas da primeira metade do século passado, conforme levantamento registrado por Fernando de Azevedo (1962), no seu estudo *A Antropologia e a sociologia no Brasil*.

Por seu turno, a trajetória histórica percorrida pela “Escola de Professores de Curitiba”, no período de 1923 a 1946, confirma a implantação da Sociologia e da Sociologia Educacional no currículo da formação do magistério primário.

Criada, em 1876, com o nome de Escola Normal, em 1917 o curso passou a ter a um currículo de quatro anos. Em 1920, tem início a reforma curricular mais ampla com o objetivo de melhorar o preparo dos professores, implantando-se a disciplina de Antropologia Pedagógica (MIGUEL, 1997, p.63).

Inaugurado, em 1923, o prédio construído para abrigar o curso, entra em vigor a Escola Normal Secundária, com dois cursos, o geral e o especial, sendo este último dividido em semestre para o ensino das disciplinas de preparação profissional. Nesse período prossegue a execução do plano de reforma da instrução pública, iniciada anteriormente, e que passará a constituir as bases para reorganização do sistema educacional, vigente até 1938. Um aspecto importante que a historiadora ressalta (MIGUEL, 1997, p.51) é o fato de que a referida reorganização do sistema educacional, dentro das quais são procedidas as reformas da Escola Normal, estavam em consonância com as mudanças econômicas do Estado. Valendo-se de estudos econômicos, comenta:

O discurso e a prática industrializante no Paraná seguem o projeto político do empresariado paulista que privilegia abertamente o grande capital. “Industrializar significa, a partir dos anos 20, universalizar no espaço nacional um projeto político de uma fração do empresariado brasileiro, representado pela fração do grande capital. Tal empreendimento irá requer tanto práticas coercitivas (o sindicalismo oficial, por exemplo), como medidas educacionais pedagógicas que irão

visar fundamentalmente à aquiescência dos agentes sociais oponentes a esse projeto dominante” (IPARDES, 1988, apud MIGUEL, 1997, p. 51, nota de rodapé 13).

A reforma da Escola Normal se consolida na “Escola de Professores de Curitiba”, que vigorará durante todo o período de Estado Novo. A Lei Orgânica, proposta pela Reforma Capanema, por seu turno, unifica nacionalmente os cursos de formação do magistério, nos quais a Sociologia e a Sociologia Educacional passam a compor a grade curricular dos mesmos.

A respeito da implantação das disciplinas, a historiadora faz as seguintes considerações:

Os conhecimentos de Sociologia Educacional não pareciam fundamentar-se nos conhecimentos de Sociologia Geral, uma vez que as duas disciplinas eram estudadas na mesma seção (terceira) e esta última disciplina parecia englobar ou substituir Investigações Sociais em Nosso Meio, que fazia parte da terceira seção do anterior Código de Educação. (MIGUEL, 1997, p.72).

A partir de 1946, por força das determinações da referida Lei Orgânica, a “Escola de Professores de Curitiba” transformou-se em Instituto de Educação do Paraná (MIGUEL, 1997, p.72). Somente em 1992, recebe a denominação atual de Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto.

Situada historicamente a Escola de Professores de Curitiba, cabe analisar o acervo dos manuais de Sociologia e de Sociologia Educacional investigados.

Em primeiro lugar, os manuais pesquisados têm como característica o fato de se distinguirem da elaboração do manual didático geralmente confiado a professores compendiares do conhecimento para o ensino escolar, e não aos próprios especialistas da área científica. No caso dos compêndios em estudo, os autores são intelectuais comprometidos com a investigação e a difusão da Sociologia no nosso país. Segundo Meucci (s/d, p. 121-122)

Certamente a introdução dos cursos de sociologia nos colégios, escolas normais, faculdades e universidades exigira a imediata reunião de iniciativas dedicadas ao empreendimento de sistematização do conhecimento sociológico. A formação de nosso primeiro conjunto de manuais de sociologia foi, pois, obra do esforço de dezenas de autores preocupados com a difusão da nova área de conhecimento regular de ensino.

Nesse sentido, parece evidente que os autores dos primeiros manuais didáticos de sociologia exerceram papel fundamental no processo de institucionalização da disciplina. Foram responsáveis pela elaboração dos livros por meios dos quais se formaram os primeiros portadores (especializados ou não) do conhecimento sociológico entre nós. Elegeram os temas, teorias e conceitos da disciplina nova, reuniram e apresentaram métodos e procedimentos, traduziram pequenos trechos inéditos e, sobretudo acolheram as expectativas em relação à contribuição do novo campo de conhecimentos.

Esse contexto da produção dos manuais em quantidade³ e qualidade justifica a consistência teórica, encontrada no acervo de nossa investigação, em um nível de aprofundamento compatível com o objetivo de formação científica.

É importante ressaltar, também, que dentre os manuais analisados, muitos deles, embora elaborados especificamente para o nível de ensino secundário e para o ensino normal, segundo critério de classificação proposto por Meucci (s/d) ainda assim mantém a qualidade teórica mencionada. É o caso das *Lições de sociologia educacional*, de Achilles Archer Junior; dos *Princípios de Sociologia*, de Fernando de Azevedo; *Sociologia (outros aspectos da filosofia universal: solução de problemas sociais)*, de Manoel Carlos; da *Sociologia educacional*, de Delgado de Carvalho; do *Programa de sociologia*, de Amaral Fontoura; dos *Princípios de sociologia*, de Djacir de Menezes; dos *Elementos de sociologia para as escolas normais*, de Nelson Omegna.

Outra questão, que decorre das considerações anteriores a respeito do compromisso dos elaboradores dos manuais com o ensino escolar, advém da concepção de educação inerente à própria ciência social, na qual a escola ocupa papel central. Vejamos com essa ciência, no período em estudo, postula a importância da escola.

Segundo definição, a Sociologia “Procura compreender como se formam ou se desintegram as associações humanas; estuda a influência dos agrupamentos sobre os indivíduos, e as relações entre os homens” (Dicionário de Sociologia, 1981, p. 316). Objetiva, portanto, investigar, compreender e explicar as relações sociais e seus antagonismos, isolando-as das leis econômicas que, em última análise, regem a luta de classe de determinada sociedade, e vem a ser objeto de conhecimento de outra ciência, ou seja, da teoria econômica. Por outro lado, se tomarmos a categoria trabalho, central na explicação dos fenômenos sociais, verificamos novamente uma cisão teórica no campo dos estudos da Sociologia. Embora o trabalho seja, ao mesmo tempo, relação social e elemento determinante na produção econômica, à Sociologia importam os processos de interação social em que o trabalhador está inserido, desvinculados dos elementos econômicos envolvidos. Portanto, para os precursores da ciência social seu objeto de estudo são as instituições da sociedade e, dentre elas, destaca-se a escola, instância transmissora do conhecimento e formadora dos aprendizes no método científico, nos moldes da ciência positiva, que permite pensar e refletir sobre a realidade vigente.

Em decorrência, desta abordagem teórica, diante das questões dos descompassos da sociedade capitalista, gerados pela crise de produção e pelos antagonismos de classes, a Sociologia propugna o princípio de que a escola é instituição capaz de exercitar a ordem democrática, necessária à manutenção das relações entre capital e trabalho. Ela desempenharia a função de redistribuir os homens determinados por diferentes condições de classe numa nova situação de igualdade/desigualdade, regida pela hierarquia das capacidades. O educador Anísio Teixeira (1999) faz suas considerações sobre a o papel social da escola de unificadora das diferentes classes, tendo em vista que somos falantes da mesma língua materna, professamos a mesma religião e a mesma cultura:

O país é um só, com uma só língua, uma só religião dominante ou majoritária, uma só cultura, embora como diversas subculturas, e em caminho para a unificação social, em um só povo, distribuído por classes, mas as classes abertas e livres (TEIXEIRA, 1999, p. 65).

Para ele, como para os pensadores sociais, a superação do antagonismo de classes equivale à superação das diferenças lingüísticas, culturais e religiosas, desconsiderando a determinação estrutural da sociedade. Dito de outra forma, a escola tem a possibilidade de redistribuir os homens segundo suas diferenças de talento e não pela desigualdade de classes. Representaria a “mão invisível” capaz de equilibrar as forças sociais, tendo em vista que a mobilidade social é determinada pelo desempenho social do sujeito, independentemente da sua origem classista.

No que concerne ao empenho dos pensadores sociais em engajar-se na ação educativa e no ensino escolar, é necessário ressaltar as influências teóricas mais destacadas nos manuais didáticos de Sociologia e de Sociologia Educacional destinados à formação de professores. Dentre vertentes e autores que Meucci (s/d) menciona, vamos nos concentrar em Durkheim e Spencer, tendo em vista a significativa influência que exerceram no campo da educação.

Segundo Meucci (s/d, p.127), dentre a vertente francesa que contribui para o pensamento sociológico brasileiro, naturalmente Augusto Comte é citado pelos autores “como o pai da sociologia”. Entretanto, “o mais representativo e o mais influente dessa “escola” é certamente Émile Durkheim, cujas contribuições ocupam as páginas de nossos manuais” (MEUCCI, s/d, p.127).

No campo da educação, destaca-se a importância da tradução de *Educação e Sociologia*, de Durkheim, em 1939, feita por Lourenço Filho. A obra constituiu momento decisivo na implantação da disciplina de Sociologia nos currículos de formação do magistério. Adotado como bibliografia obrigatória do curso Normal, determinará a concepção sociológica que se impõe no conjunto da área da educação por um longo período, o que pode ser comprovado pelas suas inúmeras reedições (DIAS, 1990). paltar tribuigtivo eo mais influente dsqueeu destinados a formaç

Mas será na obra do sociólogo Herbert Spencer que se nutrirão nossos autores dos manuais da Sociologia e da Sociologia Educacional para desenvolver conceitos e teorias que fundamentam a concepção de educação (MEUCCI, s/d, p.129).

Como vimos anteriormente, desde o final do século XIX, as categorias do evolucionismo social orientaram as investigações e explicações sobre a realidade social brasileira. Mas, será o livro de Spencer, *Da educação física, moral e intelectual*, publicado em 1861, que alcançará enorme repercussão tanto nos países do continente europeu como do continente americano e, portanto, no Brasil. Vejamos algumas idéias do pensamento spenceriano.

Em primeiro lugar, o princípio que afirma o desenvolvimento social como fruto da evolução, ou seja, de uma adaptabilidade cada vez mais adequada ao ambiente. Neste sentido, qualquer grau de civilização derivaria das adaptações já realizadas e corresponderia à assunção de hábitos de comportamento apropriados à luta pela sobrevivência. Em segundo, a evolução não é efetivamente um qualquer movimento da sociedade, mas aquele que representaria sempre sua melhoria. Deste princípio decorre a crença na possibilidade de se acelerar o progresso desde que se desencadeie a mobilização política em favor dele (CAVAZOTTI, 2003, p. 56).

À idéia de “mobilização política a favor de acelerar o progresso”, Spencer acrescenta o princípio de que é a “ciência” o princípio educativo da sociedade. Assim, pondera que para os diferentes níveis da atividade humana (autoconservação; educação e disciplina no interior da família; procedimento social e relações políticas; satisfação do gosto e do sentimento) o conhecimento de maior valor é a “ciência”, pois só ela é capaz de contribuir para a “vida completa do homem”. “Além do que, a aquisição de conhecimentos tem valor de “disciplina”, pois sendo o processo de aprendizado “exercício mental”, ele é educativo por si mesmo” (CAVAZOTTI, 2003, p. 57).

A afirmação tão categórica da ciência para produção da “perfeição da existência” evidencia a tendência que postula a formação dos indivíduos pela educação, pautada, privilegiadamente pelo ensino científico. Assim, justifica-se também “uma abordagem

científica da educação, afirmando o primado da biologia e da psicologia enquanto ciências que informam a sociologia, e por decorrência, a pedagogia” (CAVAZOTTI, 2003, p. 58).

Sob esse enfoque a respeito da educação, podemos concluir que na concepção do evolucionismo social, portanto, o homem enquanto indivíduo singular, precede à sociedade. Daí a crença na viabilização da reforma da sociedade através da educação do indivíduo, (CAVAZOTTI, 2003, p. 59) e, por sua vez, no ensino ministrado pelo sistema de instrução escolar, tão caro aos nossos autores dos manuais de Sociologia e de Sociologia Educacional.

Considerações finais

No cumprimento da função científica, conferida pela ciência social positiva à educação, concentraram-se os esforços do primeiro grupo de sociólogos brasileiros que realizou o intento de implantar as disciplinas de Sociologia e de Sociologia Educacional como novo campo teórico, na forma de disciplinas do currículo do ensino secundário da formação do magistério, concomitante com a formação superior, instrumentada por manuais que extrapolaram a simples vulgarização dos conhecimentos na área.

É exemplo dessa inovação curricular, a “Escola de Professores de Curitiba” que implanta em seu programa as novas disciplinas, aparelhando-se dos manuais que arrolamos no levantamento realizado e análises procedidas.

Como reflexão final, acrescentamos a relevante ponderação de Meucci (s/d, p.133)

É importante ainda observar que essa imagem produzida e reproduzida pelos nossos autores fez, por um lado, com que as idéias marxistas não fossem bem aceitas entre nós, pelo menos nos manuais didáticos de sociologia. Embora Marx seja ocasionalmente citado nos compêndios, os fundamentos originais de seus conceitos são descaracterizados, ou seja, adequados à imagem de sociedade que interessava constituir.

A sociedade da “ordem e do progresso”, da qual a educação é um dos mais defendidos pilares de sustentação, não comportou a interrogação sobre a desigualdade social que marcou a emergência de nações capitalistas como o Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande, MS
- AZEVEDO, F. A antropologia e a sociologia no Brasil. In: AZEVEDO, A. (org) **As ciências no Brasil**. Vol. II. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- CAVAZOTTI, M.A. **O projeto republicano de educação nacional na versão de José Veríssimo**. São Paulo: Annablume, 2003.
- BARROS, R. S. M. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Convívio; EDUSP, 1986.
- DIAS, F.C. Durkheim e a Sociologia da Educação no Brasil. Em *Aberto*, Brasília, ano 9, nº. 46, abr/jun., 1990, pp. 33 a 49.
- Dicionário de Sociologia. 8ª ed. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Globo, 1981.

JAHN, T. **Pensamentos pedagógicos** (Coligidos, coordenados e anotados) Campinas, SP: A.B.Castro, 1907.

MEUCCI, S. Os primeiros manuais didáticos de sociologia no Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*. Araraquara/SP: UNESP. n.10, s/d., pp. 121 a 158.

MIGUEL, M.E.B. **A formação do professor e a organização social do trabalho**, Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

MONARCHA, C. As três fontes da pedagogia científica: a psicologia, a sociologia e a biologia. *Didática*, vol. 28, pp. 41-49. Marília, SP, 1992.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

ANEXOS

MANUAIS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA E SOCIOLOGIA EDUCACIONAL, (publicados no período de implantação dessas disciplinas no currículo da “Escola de Professores de Curitiba” -1923 a 1946 – e encontrados na biblioteca do atual Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto)

ARCHERO JUNIOR, Achiles. **Lições de sociologia educacional**. São Paulo: Livraria Editora Odeon, 1936.

AZEVEDO, Fernando de. **Princípios de sociologia: pequena introdução ao estudo da sociologia geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

____ **A educação e seus problemas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

____ **Sociologia educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

BALDUS, Herbert. **Dicionário de etnologia e sociologia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1899, 1939. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 4, Iniciação Científica,

CARLOS M. (Pseudônimo de Manoel Carlos de Souza Ferreira). **Reflexões a luz da filosofia universal, soluções de problemas sociais**. Rio de Janeiro: Augusto Leite, 1889 e 1944.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **Prática de sociologia**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1884 e 1939.

____ **Sociologia educacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

____ **Sociologia educacional, para as escolas normais de professores dos institutos de educação e cursos de formação de professores de escolas normais**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

DURHKEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. s/d. Biblioteca da Educação, organizada por Lourenço Filho, vol. 5.

ELIZONDO, R. T. **Las grandes escuelas de la sociologia: las fuentes**. Buenos Aires: El Ateneo, 1941. Col. Argentina de Sociologia, nº 3.

FONSECA, T. P. **Sociologia, problemas prévios**. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1934. Biblioteca Universitária, série 2. Sociologia, vol. I.

FONTOURA, Afro do Amaral. **Programa de Sociologia**. 2. ed. corrigida e aumentada Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

FOUILLÉ, Alfred. **Morales de ideés-forces par Alfred Fouillé**. Paris: Librairie Félix-Alcan, 1921.

GURVITCH, Georges. **Lãs formas de la sociabilidad: ensayos de sociologia**. Trad. de Francisco Ayala Buenos Aires: Editorial Losada, 1941.

HOSTOS, A. **Tratado de sociologia**. Buenos Aires: El Ateneo, 1941. Col. Argentina de Sociologia, nº 2.

KEESING, F.M. (s/d) **Antropologia cultura: a ciência dos costumes**. Rio de Janeiro: Biblioteca Fundo Universal de Cultura, Estante de Sociologia, 2 vols. ilustrados.

LEÃO, Carneiro. **A sociedade rural, seus problemas e sua educação**. Rio de Janeiro: S.A. A Noite, s/d.

LOBATO, Monteiro. **O escândalo do petróleo**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

MELO, A. da S. **O homem, sua vida, sua educação, sua felicidade**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948. 3 vols.

MENEZES, Djacir de. **Princípios de sociologia**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.

NEURATH, M. **Como vivem os primeiros homens**. Ilustrações de Isotype Institute. Trad. de J. Reis. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s/d.

OMEGNA, Nelson. **Elementos de sociologia para as escolas normais**, 1944.

PIERSON, D. (Org.) **Estudos da ecologia humana**. São Paulo: Martins Editora, 1928. Biblioteca de Ciências Sociais.

PINTO E. **A escola e a formação da mentalidade popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos, s/d. Biblioteca da Educação, organizada por Lourenço Filho, vol. 16.

PRADO, P. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Duprat Mayenca, 1928.

ROBISON, J.H. **A formação da mentalidade**. Trad. de Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. Biblioteca do Espírito Moderno, série 2, Ciência, vol. 12.

SNEDDEN, D. **Sociologia educacional**. Trad. de Adolfo Parker. São Paulo: Saraiva, s/d. Biblioteca Universitária, série 7, dois volumes.

WELLS, G.H. **A construção do mundo moderno: o trabalho, a riqueza e a felicidade do mundo**. Trad. de Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943. Biblioteca do Espírito Moderno, série 1. Filosofia, vol. 4.

Notas:

¹ A questão da objetivação do trabalho pedagógico é objeto de estudo de Gilberto Luis Alves. Cf. ALVES, G.L. *A produção da escola pública contemporânea*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

² Na formulação de Monarcha (1992, p. 43), “a nova etapa do capitalismo, sintetizada pelo sistema de fábrica, procurou conciliar a ciência com a produção da indústria, transformando aquela em ciência aplicada. Pois, como dominar a natureza sem conhecê-la? Como organizar a sociedade sem elucidar as leis que regem o seu desenvolvimento? Como orientar indivíduos sem saber a sua fisiologia?”

³ Meucci (s/d, p.158) informa com base na sua pesquisa que “Nos anos da de 1931 /48 mais de duas dezenas de livros didáticos de sociologia foram editados no Brasil”.

Artigo recebido em: 02/05/2010

Aprovado para publicação em: 10/06/2010